



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Direito Tributário

Aula 01

André Portella



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Tributo: definição, espécies e natureza jurídica

André Portella



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

SUMÁRIO

1. Definição

2. Espécies

2.1. Imposto

2.2. Taxa

2.3. Contribuição de melhoria

2.4. Empréstimos compulsórios

2.5. Contribuições especiais

3. Natureza jurídica

4. Classificação



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Módulo 01

1º e 2º Blocos:
Definição de tributo

3º e 4º Blocos:
Natureza jurídica
Indicação das espécies
Classificação

Módulo 02

1º e 2º Blocos:
Imposto
Taxa

3º e 4º Blocos:
Contribuição de Melhoria
Contribuições Especiais
Empréstimo Compulsório



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Tributo: definição

- * *Perspectiva Financeira (Lei 4.320/64)*
- * *Perspectiva Tributária (CTN)*



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Tributo: Perspectiva Financeira

* ***Receita pública derivada e própria***

a) Receita Pública (ingresso financeiro)

- ingresso financeiro

b) Derivada

- obrigatória

- oposto de “originária”

c) Própria ou direta

- o beneficiário é quem cobra

- oposto de transferência financeira



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Tributo: perspectiva tributária

CTN, Art. 3º:

Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Tributo: elementos da definição

- * PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA
- * COMPULSORIEDADE
- * LEGALIDADE
- * NÃO-SANCIONADORA
- * COBRANÇA VINCULADA



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Tributo: elementos da definição

* PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA

Conduta – obrigação de fazer

Objeto – valor pecuniário

Vedaçāo ao tributo *in natura* (o exemplo do
‘Quinto’)

Implicaçāo: ilicitude da apreensão de mercadorias
(confisco) e documentos, ou da limitaçāo de
direitos



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Tributo: elementos da definição

* PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA

Apreensão de mercadoria ‘versus’ penhora judicial

Exceção: “...em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir...”



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Tributo: elementos da definição

* **COMPULSÓRIA**

Preço

Tarifa

Tributo

* A questão do Pedágio: direito de ir e vir; Lei 8.987/95, art. 9º, §1º (não obriga a via alternativa); Jurisprudência



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Tributo: elementos da definição

* **INSTITUÍDA EM LEI**

Obrigação *ex legge*

Legalidade

Estrita legalidade

Exceções: MP (II, IE, IPI, IOF e IEG)

**LC (IGF, imposto residual,
empréstimo compulsório,
contribuições sociais
residuais)**



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Tributo: elementos da definição

* **NÃO CONSTITUI SANÇÃO DE ATO ILÍCITO**

Multa

Incide sobre expressão de riqueza

Incide sobre ato lícito ou ilícito



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Tributo: elementos da definição

<u>Tributo</u>	<u>Multa</u>
Não é sanção	É sanção
O fato gerador pode ser lícito ou ilícito	O fator gerador é sempre um ilícito



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Tributo: elementos da definição

* **COBRADA MEDIANTE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PLENAMENTE VINCULADO**

“Derrama”

Confisco

Sigilo bancário e profissional



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Tributo: definição

<u>Perspectiva financeira</u>	<u>Perspectiva tributária</u>
Receita pública	Prestação pecuniária
Derivada	Compulsória
Própria	X
X	Não sancionadora
X	Legalidade
X	Cobrança vinculada
Instrumento de financiamento público	Objeto de uma obrigação jurídica (tributária)



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Prova: FCC - 2011 - INFRAERO - Advogado

O imposto, a taxa e a contribuição de melhoria são, para o Estado, formas de receita

- a) derivada, derivada e originária, respectivamente.
- b) originária.
- c) derivada.
- d) derivada, originária e derivada, respectivamente.
- e) originária, derivada e derivada, respectivamente.



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Prova: FCC - 2009 - SEFAZ-SP - Agente Fiscal de Rendas

Conforme o art. 3º do CTN, *Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.*

Partindo da premissa de que o conceito de tributo previsto no Código Tributário Nacional foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 e fazendo uma interpretação sistemática do Código Tributário Nacional inserido na ordem constitucional vigente, é correto afirmar que no conceito legal de tributo é possível identificar alguns dos denominados "princípios constitucionais tributários". São identificáveis no conceito legal de tributo os princípios

- a) da capacidade contributiva e da uniformidade geográfica.
- b) da isonomia e da liberdade de tráfego.
- c) da capacidade contributiva e da anterioridade.
- d) da anterioridade e da irretroatividade.
- e) da legalidade e da vedação ao efeito de confisco.



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Prova: FCC - 2005 - PGE-SE - Procurador

Sobre o conceito de tributo construído a partir da definição do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que o tributo

- a) pode constituir sanção de ato ilícito.
- b) está submetido à reserva legal.
- c) pode ser pago por intermédio de prestação de serviço de qualquer natureza.
- d) deve ser cobrado mediante atividade administrativa plenamente discricionária.
- e) é toda prestação pecuniária facultativa.



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Prova: CESPE - 2009 - ANTAQ - Especialista em Regulação

Julgue os itens a seguir relativos à definição, às finalidades básicas e à natureza jurídica do tributo.

Tributo é toda prestação pecuniária sancionatória de ato ilícito.

* Certo

* Errado



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

CESPE - 2011 - Correios - Analista de Correios - Advogado

Tributo, definido como prestação pecuniária compulsória em moeda, pode constituir sanção de ato ilícito, cobrada mediante atividade judicial ou administrativa.

* Certo

* Errado



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Prova: ESAF - 2010 - SMF-RJ - Agente de Fazenda

O conceito de tributo, nos termos do Código Tributário Nacional, traz as seguintes conclusões, exceto:

- a) o poder de tributar é prerrogativa do Poder Público, que o faz para custear suas ações no interesse da sociedade.**
- b) não constituindo sanção por ato ilícito, pouco importa para a legislação do imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços, por exemplo, a origem lícita ou ilícita de determinadas mercadorias, desde que reste configurada a hipótese de incidência do referido tributo, qual seja, a circulação dessas mercadorias, para que possa ele ser exigido.**
- c) nem toda prestação pecuniária prevista em lei constitui tributo, mas somente aquelas que reúnem o conjunto dos requisitos previstos na definição de tributo, consoante o Código Tributário Nacional.**
- d) o Estado exige os tributos compulsoriamente das pessoas, portanto, a obrigação de pagar tributos não decorre da vontade do contribuinte, sendo esta, aliás, irrelevante nessa matéria.**
- e) embora sendo uma obrigação de direito público, absolutamente indisponível por parte da administração, admite-se, desde que haja a respectiva previsão legal, a delegação dessa obrigação a outras pessoas jurídicas, como empresas públicas e sociedades de economia mista.**



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Prova: CESPE - 2009 - ANTAQ - Especialista em Regulação

Tributo é toda prestação pecuniária sancionatória de ato ilícito.

* Certo

* Errado



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Tributo: espécies

CF/88

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I - impostos;

II - taxas...;

III - contribuição de melhoria...

Art. 148. A União... poderá instituir **empréstimos compulsórios**

Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir **contribuições sociais**, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Tributo: espécies

CTN

Art. 5º Os tributos são **impostos, taxas e contribuições de melhoria.**

Art. 15. Somente a União... pode instituir **empréstimos compulsórios:**

Art. 217 (remete às **contribuições especiais**)



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Tributo: natureza jurídica

1. Teorias sobre o número de espécies tributárias

1.1. Teoria Tripartite: doutrina

a) imposto

b) taxa

c) contribuição de melhoria

1.2. Teoria Pentapartite: doutrina e STF

a) imposto

b) taxa

c) contribuição de melhoria

d) empréstimo compulsório

e) contribuições especiais)



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Tributo: natureza jurídica

2. A destinação que se dá à arrecadação do tributo como critério para definição da sua natureza jurídica

CTN:

Art. 4º A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, **sendo irrelevantes** para qualificá-la:

I - a denominação e demais características formais adotadas pela lei;

II - a destinação legal do produto da sua arrecadação.



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Tributo: natureza jurídica

* A estrutura lógica do art. 4º, CTN:

a) Aspecto relevante para identificação da espécie tributária: **FATO GERADOR**

b) Aspectos irrelevantes:

- Denominação
- Características formais
- Destinação



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Tributo: natureza jurídica

3. Natureza jurídica dos tributos, **com base na destinação da arrecadação (Teoria Pentapartite)**:

3.1. imposto: a arrecadação não é voltada ao financiamento de nenhuma despesa predefinida

3.2. taxa: pagamento de serviços públicos específicos e divisíveis

3.3. contribuição de melhoria: pagamento de obras públicas que valorizem o patrimônio do contribuinte

3.4. contribuições especiais: financiamento da Seguridade Social, entidades representativas de profissionais e organização de atividades econômicas

3.5. empréstimo compulsórios: pagamento de despesas extraordinárias ou investimento público urgente e relevante



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Tributo: natureza jurídica

4. Natureza jurídica dos tributos, **considerando apenas o fato gerador da obrigação, e sem considerar a destinação da arrecadação (Teoria Tripartite):**

4.1. imposto: expressão de riqueza do contribuinte (renda, propriedade, consumo e transmissão da propriedade)

4.2. taxa: prestação de um serviço público

4.3. contribuição de melhoria: construção de obra pública, com valorização do imóvel do contribuinte

Obs.: * **as contribuições especiais** seriam subespécies de impostos, já que também incidem sobre uma expressão de riqueza do contribuinte

* **o empréstimo compulsório** pode vir a assumir uma das feições acima, a depender do que a lei determine em cada caso



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Tributo: natureza jurídica

5. Como se posicionar em concursos públicos?

5.1. Provas subjetivas: demonstrar conhecimento de toda a discussão, e fundamentar a sua postura pela teoria tripartite ou pentapartite, com fundamento na doutrina e jurisprudência

5.2. Provas objetivas: verificar qual o parâmetro utilizado pela banca examinadora:

a) CF/88, art. 145, e CTN, art. 5º: tripartite

b) STF: pentapartite

5.3. Em regra, as bancas consideram a teoria pentapartite



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Prova: ESAF - 2009 - MF - Assistente Técnico Administrativo

A determinação da natureza jurídica específica do tributo, de acordo com o Código Tributário Nacional, decorre, especificamente:

- a) do fato gerador da respectiva obrigação.
- b) da destinação legal do produto da arrecadação.
- c) da denominação.
- d) da fixação do agente arrecadador.
- e) das peculiaridades dos sujeitos ativo e passivo da obrigação.



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Prova: FCC - 2010 - SEFIN-RO - Auditor Fiscal de Tributos Estaduais

Para se identificar a natureza jurídica específica de um tributo considera-se, em regra,

- a) o fato gerador da respectiva obrigação tributária.
- b) a destinação legal do produto de sua arrecadação.
- c) a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes.
- d) os efeitos dos atos jurídicos efetivamente ocorridos.
- e) a denominação e demais características formais adotadas pela lei.



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

**Prova: CESPE - 2009 - ANTAQ - Especialista em
Regulação – Economia**

A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, devendo-se considerar, **necessariamente**, para qualificá-la, a destinação legal do produto de sua arrecadação.

* Certo

* Errado

Obs.: a banca considerou errada a assertiva



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Prova: CESPE - 2010 - SERPRO - Analista – Advocacia

A destinação legal do produto da arrecadação de determinado tributo é **imprescindível** para qualificar sua natureza jurídica.

* Certo

* Errado



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Prova: IESES - 2011 - TJ-MA - Titular de Serviços de Notas e de Registros - Provimento por ingresso

Leia com atenção as afirmações e assinale abaixo a única alternativa correta:

- I. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei, e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- II. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo relevante igualmente, conforme o Código Tributário Nacional, a destinação legal do produto de sua arrecadação.
- III. O Empréstimo Compulsório, conforme a Constituição Federal, somente pode ser instituído pela União, sendo que os Estados e os Municípios não podem exercer tal competência.
- IV. Com a redação do art.145, III, CF, o critério da valorização deixou de ser importante para caracterizar o aspecto material da hipótese de incidência da Contribuição de Melhoria, sendo esta a orientação majoritária da doutrina e jurisprudência nacionais.

A sequência correta é:

- a) As assertivas I e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas a assertiva IV está correta.
- d) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Prova: CESPE - 2011 - TRF - 2ª REGIÃO - Juiz Federal

O sistema tributário brasileiro compreende tributos de diversas espécies. Em regra, quando uma pessoa jurídica de natureza industrial vende produto a empresa comercial, sobre essa operação incidem

- a) taxas e impostos.
- b) apenas contribuições sociais
- c) taxas e contribuições sociais.
- d) impostos e contribuições sociais.
- e) apenas taxas



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Prova: FJG - RIO - 2013 - SMA-RJ - Agente de Fazenda

A Constituição da República de 1988 adota, com relação aos tributos, a classificação:

- a) Tripartite
- b) Dual
- c) Quadripartite
- d) Quinquipartite



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Tributo: classificação

1. Quanto ao objeto da incidência do tributo

1.1. Diretos (renda e propriedade)

1.2. Indiretos (consumo e transmissão da propriedade)

2. Quanto à riqueza que se tributa

2.1. Real

2.2. Pessoal

3. Quanto ao sujeito responsável pela arrecadação

3.1. Fiscais

3.2. Párafiscais



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Tributo: classificação

4. Quanto à finalidade:

4.1. Fiscais

4.2. Extrafiscais

5. Quanto à alíquota:

5.1. Progressivos

5.2. Regressivos

5.3. Proporcionais

5.4. Seletivos



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Prova: CESGRANRIO - 2008 - Petrobrás – Advogado

Adotando a classificação dos impostos estabelecida no Código Tributário Nacional, enquadra-se na categoria de "Impostos sobre o Patrimônio e a Renda" o imposto sobre

- a) produtos industrializados.
- b) propriedade territorial rural.
- c) serviços de qualquer natureza.
- d) importação de produtos estrangeiros.
- e) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Prova: CESPE - 2009 - ANTAQ - Especialista em Regulação - Engenharia Civil

Diferentemente dos impostos subjetivos, que são estruturados de acordo com certas características do devedor, os impostos objetivos são estruturados de acordo com aspectos materiais.

* Certo

* Errado



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Prova: CESPE - 2009 - TCE-TO - Analista de Controle Externo – Direito

Acerca da classificação doutrinária dos impostos, assinale a opção correta.

- a) O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços (ICMS) é classificado como imposto indireto, pois o contribuinte de direito recolhe o valor devido e transfere o ônus econômico para o contribuinte de fato.
- b) Considera-se imposto regressivo aquele em que o ônus da carga tributária é repartido de maneira uniforme entre as várias classes de renda da sociedade.
- c) No imposto progressivo, o valor é fixado em proporção à riqueza da qual o fato gerador é um fato-signo presuntivo.
- d) Imposto parafiscal é aquele cuja finalidade principal não é arrecadatória, mas de controle da balança comercial, da inflação, das taxas de juros e de desestímulo à manutenção de propriedades improdutivas.
- e) Os impostos extrafiscais são aqueles que possuem como primacial função carrear disponibilidades financeiras aos cofres públicos.